

E-RR 17.042/2002-900-10-00 – SBDI-1 – Publicado no DJE em 24.04.2009

RECURSO DE EMBARGOS INTERPOSTO ANTERIORMENTE À VIGÊNCIA DA LEI 11.496/2007. INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. AUSÊNCIA DE DEVOLUTIVIDADE DA MATÉRIA AO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. AUSÊNCIA DE ENFRENTAMENTO DO FUNDAMENTO LANÇADO NO ACÓRDÃO RECORRIDO. É inviável o exame da preliminar de incompetência da Justiça do Trabalho, dada a ausência de sua devolutividade a esta Corte, no momento oportuno, conforme consignado pela Turma. A par disso, as razões da Reclamada encontram-se divorciadas do fundamento lançado no acórdão recorrido, o que atrai a incidência da Súmula n.º 422 deste Tribunal Superior. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. INTERMEDIÇÃO ILÍCITA DE MÃO-DE-OBRA. BELACAP. **Recurso de Embargos calcado em argumentos que, além de partirem de premissa fática diversa da que adotada pelo Tribunal Regional, não infirmam os fundamentos que deram suporte à decisão recorrida. Embargos integralmente não conhecidos.**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos em Recurso de Revista n.º TST-E-RR-17042/2002-900-10-00.9, em que é Embargante **SERVIÇO DE CONSERVAÇÃO DE MONUMENTOS PÚBLICOS E LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL - BELACAP** e são Embargados **MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 10.ª REGIÃO** e **INSTITUTO CANDANGO DE SOLIDARIEDADE - ICS**.

E-ED-RR 152500-89.2003.5.01.0035 – Publicação: DEJT 14.06.2013

Relator: Min. João Batista Brito Pereira

Embargante: **CÍRCULO DE AMIGOS DO MENINO PATRULHEIRO DA TIJUCA - CAMP E OUTROS**

Embargado: **MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO**

DECISÃO: , por maioria, não conhecer do Recurso de Embargos, vencidos os Exmos. Ministros Milton de Moura França, Maria Cristina Peduzzi e Aloysio Corrêa da Veiga.

CÍRCULO DE AMIGOS DO MENINO PATRULHEIRO CAMP. ENCAMINHAMENTO DE ESTUDANTES PARA PRESTAREM ESTÁGIO OU TRABALHO EDUCATIVO. GARANTIA DOS DIREITOS TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIOS.

1. Publicado o acórdão recorrido na vigência do art. 894, inc. II, da CLT, somente é cabível recurso de embargos por divergência jurisprudencial. Essa alteração operada no art. 894 da CLT teve por objetivo a elevação da função da SDI na uniformização da jurisprudência trabalhista, não mais prevalecendo a atividade revisional das decisões proferidas pela Turma quanto ao conhecimento do recurso de revista. Assim, a pretensão dos recorrentes, de travarem discussão em torno do procedimento adotado pela

Turma, buscando a revisão do conhecimento do Recurso de Revista, não se insere nas hipóteses de cabimento do Recurso de Embargos à luz do referido art. 894, inc. II, da CLT.

2. Os arestos indicados para cotejo de teses são inespecíficos (Súmula 296 desta Corte). Recurso de Embargos de que não se conhece.